



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CÂMPUS VILHENA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – EAD

IRENÍ GONÇALVES DA SILVA ALENCAR
LUCÉLIA ANSELMO DA SILVA FERREIRA

ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA

VILHENA – RO

2026

**IRENÍ GONÇALVES DA SILVA ALENCAR
LUCÉLIA ANSELMO DA SILVA FERREIRA**

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Vilhena, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Alencar, Ireni Gonçalves da Silva.
Análise da política pública educacional voltada para crianças com
Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil no município
de Vilhena – Rondônia / Ireni Gonçalves da Silva Alencar, Lucélia
Anselmo da Silva Ferreira. - Vilhena, 2026.
14 f.

Orientador(a): Prof. Me. Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena, 2026.

1. Políticas públicas. 2. Educação inclusiva. 3. Transtorno do
Espectro Autista. 4. Educação infantil. 5. Inclusão social. I. Ferreira,
Lucélia Anselmo da Silva. II. Gomes, Glicerinaldo de Sousa (orient.).
III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia -
IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321

**IRENÍ GONÇALVES DA SILVA ALENCAR
LUCÉLIA ANSELMO DA SILVA FERREIRA**

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Vilhena, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Aprovado em: 23/07/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **GLICERINALDO DE SOUSA GOMES**
Data: 24/07/2026 15:00:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Glicerinaldo de Sousa Gomes
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **GISELY STORCH DO NASCIMENTO**
Data: 27/07/2026 19:06:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dra. Gisely Storch do Nascimento
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **JOSILEIDE CARMEM BELO GOMES**
Data: 27/07/2026 23:55:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Ma. Joseleide Carmem Belo Gomes
Membro da Banca

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NO MUNICÍPIO DE VILHENA – RONDÔNIA**



DOI: 10.5281/zenodo.21501085

Irení Gonçalves da Silva Alencar

*Aluna do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de
Rondônia – IFRO, irenigoncalves99245@gmail.com*

Lucélia Anselmo da Silva Ferreira

*Aluna do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de
Rondônia – IFRO, luceliaancelmoferreira177@gmail.com*

Glicerinaldo de Sousa Gomes

*Professor de Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Rondônia –
IFRO, Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes, glicerinaldo@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, com foco no município de Vilhena, Rondônia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de legislações, artigos científicos, livros e documentos institucionais relacionados à temática da inclusão escolar e dos direitos das pessoas com TEA. Inicialmente, discute-se o conceito de políticas públicas e sua importância na garantia dos direitos sociais, destacando a educação inclusiva como um princípio fundamental para a promoção da igualdade e da cidadania. Em seguida, são apresentados os principais marcos legais brasileiros voltados à proteção das pessoas com autismo, como a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. Os resultados da pesquisa evidenciam que, apesar dos avanços legislativos observados nas últimas décadas, ainda existem dificuldades na efetivação dessas políticas, especialmente em municípios do interior, relacionadas à carência de profissionais especializados, à limitação dos serviços públicos e às dificuldades no diagnóstico precoce e no atendimento multiprofissional. Conclui-se que é necessário fortalecer a implementação das políticas públicas inclusivas, ampliar os investimentos em formação profissional e garantir condições adequadas para promover a inclusão educacional e o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Educação infantil; Inclusão social.

ABSTRACT

This study aims to analyze public educational policies aimed at children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education, focusing on the municipality of Vilhena, Rondônia, Brazil. The research is characterized as qualitative and bibliographic, based on the analysis of legislation, scientific articles, books, and institutional documents related to inclusive education and the rights of people with ASD. Initially, the study discusses the concept of public policies and their importance in guaranteeing social rights, highlighting inclusive education as a fundamental principle for promoting equality and citizenship. Subsequently, the main Brazilian legal frameworks aimed at protecting individuals with autism are presented, such as Law nº 12.764/2012, known as the Berenice Piana Law, and the Brazilian Inclusion Law nº 13.146/2015. The results indicate that, despite important legislative advances achieved in recent decades, there are still significant challenges regarding the implementation of these policies, especially in inland municipalities. These difficulties are mainly related to the shortage of specialized professionals, limitations in public service structures, and obstacles to early diagnosis and multidisciplinary support. The study concludes that strengthening inclusive public policies, investing in professional training, and improving educational and health services are essential measures to ensure educational inclusion and the full development of children with ASD.

Keywords: Public policies; Inclusive education; Autism Spectrum Disorder; Early childhood education; Social inclusion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta principalmente a comunicação, a interação social e o comportamento. Pessoas com TEA podem apresentar padrões repetitivos de comportamento, interesses restritos e diferentes formas de perceber e interagir com o mundo. Essas características podem ser observadas ainda na infância, sendo comum que os primeiros sinais apareçam nos primeiros anos de vida.

O diagnóstico do TEA é realizado por profissionais da área da saúde, a partir da observação do comportamento da criança e da análise de seu desenvolvimento. Em muitos casos, o diagnóstico ocorre por volta dos dois ou três anos de idade, embora alguns sinais possam ser percebidos antes desse período. A identificação precoce é fundamental para que a criança tenha acesso ao acompanhamento adequado e às intervenções necessárias para seu desenvolvimento.

Nos últimos anos, tem sido observado um aumento significativo no número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista, o que tem gerado maior atenção da

sociedade e do poder público para a necessidade de políticas públicas voltadas para essa população. Nesse contexto, torna-se essencial que o Estado desenvolva ações que garantam o acesso à saúde, à educação e à assistência social para as pessoas com TEA.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações e decisões do Estado voltadas para atender demandas da sociedade e garantir direitos à população. No caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, essas políticas são fundamentais para promover a inclusão social e garantir o acesso aos serviços essenciais.

No Brasil, um dos principais marcos legais relacionados ao autismo é a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo direitos relacionados à saúde, educação, assistência social e inclusão.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também reforça a importância da inclusão e da garantia de direitos para pessoas com deficiência, incluindo aquelas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Essas legislações representam avanços importantes na construção de políticas públicas voltadas para a inclusão e a garantia de direitos.

Apesar desses avanços legais, a implementação dessas políticas ainda enfrenta diversos desafios, principalmente em municípios do interior, onde muitas vezes há escassez de profissionais especializados, dificuldades no diagnóstico precoce e limitações na oferta de serviços de apoio às crianças com TEA e suas famílias.

Diante desse contexto, surge a necessidade de analisar como as políticas públicas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista estão sendo aplicadas na realidade local, especialmente no município de Vilhena, no estado de Rondônia.

Assim, a problemática desta pesquisa busca responder à seguinte questão: qual é a efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil no município de Vilhena?

A partir dessa questão, o objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas voltadas para crianças com TEA na educação infantil, identificando como essas

políticas são aplicadas no município de Vilhena e quais desafios ainda existem para a efetivação do atendimento educacional inclusivo.

A escolha desse tema se justifica pela relevância social da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, bem como pela necessidade de compreender como as políticas públicas têm contribuído para garantir o direito à educação dessas crianças.

Além disso, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre a importância da implementação efetiva das políticas públicas de inclusão, destacando os desafios enfrentados pelas famílias, profissionais da educação e gestores públicos no atendimento às crianças com TEA.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas são compreendidas como ações desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade e garantir direitos aos cidadãos. Nesse sentido, elas representam instrumentos fundamentais para promover o bem-estar social e reduzir desigualdades presentes na sociedade.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas correspondem ao conjunto de decisões e ações realizadas pelo governo para enfrentar problemas coletivos e atender demandas da população. Dessa forma, a atuação do Estado torna-se essencial na formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

No contexto da inclusão de pessoas com deficiência, as políticas públicas assumem um papel importante na garantia de direitos e na promoção da igualdade de oportunidades, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência social. No caso das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas políticas buscam assegurar o acesso a serviços especializados e promover a inclusão social.

No Brasil, diversos marcos legais foram criados com o objetivo de garantir os direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas diagnosticadas com TEA. Entre eles destaca-se a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e garante direitos relacionados à educação, saúde e assistência social.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a necessidade de promover a inclusão e garantir a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, assegurando o acesso à educação, ao trabalho e aos serviços públicos.

No campo da educação, a inclusão escolar tem sido amplamente discutida como um direito fundamental de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. A educação inclusiva busca garantir que todos os alunos tenham acesso à escola regular e possam participar do processo de aprendizagem de forma igualitária.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição da pesquisadora Maria Teresa Mantoan, referência nos estudos sobre educação inclusiva no Brasil. Para Mantoan (2003), a inclusão escolar não significa apenas a presença do aluno com deficiência na escola, mas envolve a transformação das práticas pedagógicas e da organização escolar para atender às necessidades de todos os estudantes.

Segundo a autora, a escola inclusiva deve reconhecer as diferenças como parte da diversidade humana e criar estratégias que possibilitem a participação e aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista. Dessa forma, a inclusão exige mudanças na formação de professores, na estrutura das instituições de ensino e na forma como a educação é compreendida.

No município de Vilhena (RO), observa-se a existência de iniciativas voltadas para o atendimento de pessoas com TEA, especialmente por meio da rede pública de saúde e educação, que buscam oferecer suporte às crianças e suas famílias. No entanto, ainda existem desafios relacionados à estrutura dos serviços, à formação de profissionais e à disponibilidade de atendimento especializado.

Estudos apontam que muitos municípios enfrentam dificuldades na implementação efetiva das políticas públicas voltadas ao autismo, principalmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, onde há menor disponibilidade de recursos e profissionais especializados.

Nesse contexto, a participação da sociedade civil também se torna importante para fortalecer a luta pelos direitos das pessoas com autismo. Em Vilhena, destaca-se a atuação da AMAVI (Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Vilhena), que desenvolve ações de apoio às famílias, além de promover atividades de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista.

A atuação de instituições como a AMAVI contribui para ampliar o debate sobre inclusão e para incentivar a criação de políticas públicas mais eficazes voltadas ao atendimento das pessoas com TEA, fortalecendo a rede de apoio e promovendo maior visibilidade para essa temática.

Apesar dos avanços observados nas legislações e nas ações desenvolvidas em nível local, ainda existem desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao atendimento multiprofissional e à efetivação da educação inclusiva, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida das crianças com TEA e de suas famílias.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, pois busca compreender aspectos relacionados à aplicação das políticas públicas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional. A pesquisa qualitativa permite analisar fenômenos sociais a partir da interpretação de significados, experiências e contextos presentes na realidade estudada. Segundo Creswell (2021), esse tipo de pesquisa possibilita compreender de forma mais aprofundada determinados problemas sociais, considerando as percepções e interpretações dos sujeitos envolvidos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica, uma vez que se baseia na análise de materiais já publicados relacionados ao tema investigado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais previamente elaborados, como livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais, permitindo ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre determinado assunto por meio da análise de diferentes fontes.

Dessa forma, foram utilizados livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais que abordam temas relacionados às políticas públicas, educação inclusiva e ao Transtorno do Espectro Autista, possibilitando compreender os principais desafios e avanços relacionados à implementação dessas políticas no contexto educacional.

A revisão de literatura foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas e científicas, como SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da

CAPES, utilizando descritores relacionados ao tema da pesquisa, tais como: políticas públicas, educação inclusiva, educação infantil e Transtorno do Espectro Autista.

Para a análise das informações coletadas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permite interpretar e organizar as informações presentes nos materiais analisados. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para examinar comunicações e identificar categorias ou padrões presentes nos textos, possibilitando uma interpretação mais aprofundada das informações obtidas.

A partir desse processo, buscou-se identificar os principais desafios, avanços e limitações relacionados à aplicação das políticas públicas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, considerando especialmente o contexto do município de Vilhena, no estado de Rondônia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da literatura e dos documentos relacionados às políticas públicas voltadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi possível identificar avanços importantes no campo da garantia de direitos, especialmente no que se refere ao acesso à educação e aos serviços de saúde. No entanto, também foram observados diversos desafios relacionados à efetivação dessas políticas no contexto local.

No Brasil, a criação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representou um avanço significativo na garantia de direitos das pessoas com TEA, pois reconhece o autismo como deficiência para todos os efeitos legais e estabelece diretrizes para o atendimento nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também contribuiu para fortalecer o processo de inclusão social, ampliando a garantia de direitos e reforçando a necessidade de promover a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

Apesar desses avanços legais, a literatura aponta que ainda existem dificuldades na implementação dessas políticas públicas, principalmente em municípios do interior, onde muitas vezes há limitações relacionadas à estrutura dos serviços públicos, à disponibilidade de profissionais especializados e ao acesso a atendimentos multiprofissionais.

No contexto educacional, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil representa um desafio importante para as instituições de ensino, pois exige adaptações pedagógicas, formação adequada dos profissionais da educação e suporte institucional para garantir o desenvolvimento dessas crianças no ambiente escolar.

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva pressupõe a transformação das práticas pedagógicas e da organização da escola, de forma que todos os alunos possam participar do processo de aprendizagem, respeitando suas diferenças e necessidades individuais.

No município de Vilhena (RO), observa-se a existência de iniciativas voltadas ao atendimento de crianças com TEA por meio da rede pública de educação e saúde, além da atuação de instituições da sociedade civil que buscam oferecer apoio às famílias e promover a conscientização sobre o autismo.

Entre essas iniciativas destaca-se a atuação da AMAVI (Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Vilhena), que desenvolve atividades de apoio às famílias, além de ações de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista. A atuação dessa instituição contribui para fortalecer a rede de apoio e ampliar o debate sobre a inclusão das pessoas com autismo na sociedade.

Entretanto, a análise das informações disponíveis indica que ainda existem desafios relacionados ao diagnóstico precoce, à oferta de atendimento especializado e à articulação entre os diferentes setores responsáveis pelo atendimento às crianças com TEA, como saúde, educação e assistência social.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, garantindo a ampliação dos serviços especializados, a formação de profissionais e a efetivação da educação inclusiva, especialmente em municípios do interior como Vilhena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, com foco na realidade do município de Vilhena, no estado de Rondônia. A partir da revisão de literatura e da análise de documentos relacionados ao tema, foi possível

compreender a importância das políticas públicas na garantia de direitos e na promoção da inclusão social das pessoas com autismo.

Os resultados indicam que o Brasil possui um conjunto significativo de legislações voltadas para a proteção dos direitos das pessoas com TEA, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015, que representam avanços importantes na construção de políticas públicas inclusivas.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou que a existência de leis não garante, por si só, a efetivação desses direitos, sendo necessário que haja investimentos em políticas públicas que possibilitem a implementação dessas garantias na prática.

No contexto educacional, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil exige mudanças nas práticas pedagógicas, formação continuada dos profissionais da educação e maior estrutura das instituições de ensino, para que seja possível atender às necessidades específicas desses estudantes.

Além disso, foi possível observar que a atuação de instituições da sociedade civil, como associações de apoio às famílias de pessoas com autismo, também desempenha um papel importante na promoção da inclusão e na defesa dos direitos dessas pessoas.

No município de Vilhena, a presença de iniciativas voltadas ao atendimento das pessoas com TEA demonstra avanços no reconhecimento da importância dessa temática, embora ainda existam desafios relacionados ao acesso ao diagnóstico precoce, à disponibilidade de profissionais especializados e à continuidade do atendimento multiprofissional.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista é fundamental para garantir o acesso à educação, à saúde e à inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar o debate sobre a implementação das políticas públicas voltadas para o autismo, incentivando novas pesquisas e reflexões sobre a importância da educação inclusiva e da garantia de direitos das pessoas com TEA.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lotufo. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 16, n. 1, p. 67-82, 2014. Disponível em: <https://www.rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/659>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

ARRETCHE, Marta. **Políticas sociais no Brasil**: descentralização e federalismo. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário. **Autismo e a educação na política inclusiva**. Porto Alegre: Pimenta Cultural, 2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

G1 RONDÔNIA. **Caminhada em Vilhena marca o Dia Mundial de Conscientização do Autismo**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G.; AMARAL, L. A. **Políticas públicas e inclusão**: desafios para a efetivação de direitos das pessoas com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 3, p. 439-456, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA. **Reunião discute atendimento ao autismo em Vilhena**. 2019. Disponível em: <https://www.mpro.mp.br/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Rondônia. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC. **Manual de atendimento ao estudante com Transtorno do Espectro Autista**. Porto Velho: SEDUC, 2023.

SILVA, A. P. **Políticas públicas e autismo**: desafios de implementação no contexto municipal. [S.l.], 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgFSqDVQhc4jm/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025